



Estado do Rio de Janeiro  
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM  
Gabinete do Presidente  
Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim  
C.N.P.J. Nº 30.169.320/0001-30 CEP.: 28.820-000

**LEI Nº 1737/2017**

**DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2018.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SILVA JARDIM**, usando das atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em acordo com o art. 165, III da Constituição Federal, e tendo em vista o resultado do planejamento estratégico desta prefeitura municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Silva Jardim aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita do Município para o exercício financeiro de 2018, no montante de **R\$ 140.000.000,00 (Cento e quarenta milhões de reais)**, e fixa a despesa em igual valor, nos termos do art. 165, §5º, da Constituição Federal, art. 169 da Lei Orgânica, das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e com a Lei que estabelecerá o referido Plano Plurianual – PPA, para o período 2018/2021, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as Entidades, Fundos e Órgãos da Administração Direta e Indireta a eles vinculados;

**Art. 2º** A Receita Orçamentária estimada e a despesa orçamentária fixada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 140.000.000,00 (Cento e quarenta milhões de reais)**, conforme o disposto no **Anexo I**.

**Art. 3º** As Receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no **Anexo II**.



RECEITAS	R\$
<b>1 – RECEITA CORRENTE</b>	<b>145.397.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.721.500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.790.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.930.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	2.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	114.630.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	323.000,00
<b>2 - RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>619.000,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	4.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	610.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
<b>RECEITA CORRENTE INTRA</b>	<b>5.113.000,00</b>
<b>DEDUÇÕES DO FUNDEB</b>	<b>10.422.000,00</b>
<b>DEDUÇÕES POR RENÚNCIA</b>	<b>195.500,00</b>
<b>DEDUÇÃO POR DESCONTO CONDEDIDO</b>	<b>511.500,00</b>
<b>RECEITA TOTAL LIQUIDA</b>	<b>140.000.000,00</b>

I – A Receita será realizada com base no produto do que for arrecado, na forma da Legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante no **Anexo II**.

**Art. 4º** A despesa será realizada segundo a discriminação constante nos **Anexo III, IV e V**, cuja distribuição por funções, subfunções e órgãos, apresenta o seguinte desdobramento:

#### **1 - DESPESA POR FUNÇÃO**

##### **a) Esfera Fiscal**

FUNÇÕES	R\$
01 - LEGISLATIVA	4.116.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	22.454.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	94.000,00
11 - TRABALHO	35.000,00
12 - EDUCAÇÃO	32.940.000,00
13 - CULTURA	106.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	49.000,00
15 - URBANISMO	6.863.000,00
16 - HABITAÇÃO	180.000,00



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM**  
**Gabinete do Presidente**  
Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim  
C.N.P.J. Nº 30.169.320/0001-30      CEP.: 28.820-000

---

18 - GESTÃO AMBIENTAL	1.582.500,00
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	40.000,00
20 - AGRICULTURA	755.000,00
22 - INDÚSTRIA	36.000,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	591.000,00
25 - ENERGIA	1.270.000,00
26 - TRANSPORTE	3.586.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	551.500,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.603.500,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>3.500.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>81.352.500,00</b>

**b) Esfera Seguridade**

<b>FUNÇÕES</b>	<b>R\$</b>
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.267.000,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	12.040.450,00
10 - SAÚDE	27.677.500,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>16.662.550,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.647.500,00</b>



## 2 - DESPESA POR SUBFUNÇÃO

### a) Esfera Fiscal

SUBFUNÇÕES	R\$
031 – AÇÃO LEGISLATIVA	3.901.000,00
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	19.110.000,00
125 – NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	26.000,00
126 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	445.000,00
128 – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	60.000,00
181 – POLICIAMENTO	94.000,00
244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	215.000,00
271 – PREVIDÊNCIA BÁSICA	1.840.000,00
272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.275.000,00
306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	900.000,00
361 – ENSINO FUNDAMENTAL	28.364.000,00
362 – ENSINO MÉDIO	1.010.000,00
365 – EDUCAÇÃO INFANTIL	2.309.000,00
367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL	270.000,00
392 – DIFUSÃO CULTURAL	106.000,00
422 – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	49.000,00
451 – INFRAESTRUTURA URBANA	3.740.000,00
452 – SERVIÇOS URBANOS	3.123.000,00
541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.582.500,00
573 – DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENT. E TECNOLÓGICO	40.000,00
606 – EXTENSÃO RURAL	643.000,00
661 – PROMOÇÃO INDUSTRIAL	36.000,00
691 – PROMOÇÃO COMERCIAL	148.000,00
695 - TURISMO	555.000,00
752 – ENERGIA ELÉTRICA	1.270.000,00
782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.586.000,00
812 – DESPORTO COMUNITÁRIO	551.500,00



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM**  
**Gabinete do Presidente**  
Praça Amaral Peixoto, 46 – Centro – Silva Jardim  
C.N.P.J. Nº 30.169.320/0001-30 CEP.: 28.820-000

846 – OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.603.500,00
999 – RESERVA DE CONTIGENCIA	<b>3.500.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>81.352.500,00</b>

#### **b) Esfera Seguridade**

<b>SUBFUNÇÕES</b>	<b>R\$</b>
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.675.950,00
243 – ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	334.000,00
244 – ASSISTENCIA COMUNITÁRIA	1.928.000,00
271 – PREVIDENCIA BÁSICA	1.950.000,00
272 – PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	11.875.500,00
301 – ATENÇÃO BÁSICA	3.977.000,00
302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.601.500,00
303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	3.270.000,00
304 – VIGILANCIA SANITÁRIA	373.000,00
997 – RESERVA DE CONTIGÊNCIA DO RPPS	<b>16.662.550,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58.647.500,00</b>

### **3 - DESPESA POR ÓRGÃO**

<b>ÓRGÃOS</b>	<b>R\$</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>4.116.000,00</b>
CÂMARA MUNICIPAL	4.116.000,00
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>135.884.000,00</b>
SEC. MUN. DE GABINETE CIVIL	1.487.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	174.000,00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	62.000,00
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO	14.974.000,00
SEC. MUN. DE FAZENDA	10.499.500,00
SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	9.252.000,00
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	33.139.000,00
SEC. MUN. DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	733.000,00
SEC. MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	27.677.500,00



SEC. MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA	865.000,00
SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE	1.647.500,00
SEC. MUN. DE TRABALHO, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	2.260.000,00
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	152.000,00
SEC. MUN. DE TRANSPORTE	2.822.000,00
SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER	602.500,00
SEC. MUN. DE GOVERNO	42.000,00
SEC. MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA	229.000,00
SEC. ESPECIAL DOS DIREITOS DAS MULHERES E DAS MINORIAS	84.000,00
SEC. MUN. DE DEFESA CIVIL	69.000,00
SEC. MUN. DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS	69.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	341.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	<b>28.703.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>140.000.000,00</b>

**Art. 5º** O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I - até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, com a finalidade de atender insuficiências de dotações estabelecidas na presente lei e em créditos adicionais, na forma do que dispõem os Arts. 7º e 40 a 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, por meio da transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma mesma categoria de programação, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, criando, se necessário, elemento de despesa em cada projeto, atividade ou operações especiais e adaptando as fontes de recursos, mediante a utilização de recursos provenientes:



a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência.

II – para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – para incorporação de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV – à conta de excesso de arrecadação, ou superávit financeiro de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade desde que demonstrado o efetivo ingresso e/ou saldo.

**Art. 7º** O limite autorizado no art. 6º desta Lei não será onerado quando o crédito adicional suplementar se destinar a:

I – atender à insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, inclusive as decorrentes da revisão de remuneração prevista no art. 32 da Lei 1.667, de 13 de julho de 2015, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada ao mesmo grupo autorizado a redistribuição prevista no art. 66, Parágrafo único da Lei Federal nº 4.320.

II – atender à insuficiência de dotações consignadas nas funções educação (12), saúde (10) e assistência social (08), mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada na mesma função até o limite de 60% da dotação inicial;

III – atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, amortização e juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de:



a) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observando o disposto no art. 5º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 2000;

b) anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de natureza de despesa, na própria ou em outra unidade orçamentária;

IV – atender às despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios e transferências voluntárias, desde que demonstrado o efetivo ingresso e/ou saldo;

V – incorporar os saldos provenientes de superávit financeiro do FUNDEB, dos Fundos Especiais e de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade, apurados em 31 de dezembro de 2017 e o excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas, quando se configurar receita do exercício superior às previsões fixadas nesta Lei.

**Art. 8º** A despesa fixada ao Poder Legislativo, na conformidade da Emenda Constitucional nº 58/2009, poderá ser movimentada por meio de transposição, remanejamento e transferência, até o limite autorizado no art. 6º desta Lei.

**Art. 9º** A discriminação da despesa, quanto a sua natureza, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

**Art. 10.** Na execução orçamentária, a discriminação e o remanejamento de elementos em cada grupo de despesa dos projetos, atividades e operações especiais, serão efetuados através de registros contábeis, diretamente no sistema de orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

§ 1º A discriminação da despesa de que trata o *caput* deste artigo será feita em cada projeto, atividade ou operação especial, por fonte de recurso, categoria econômica e modalidade de aplicação, podendo a mesma ser alterada por inclusão de elemento, acréscimo ou redução de valores em grupo de despesa constante da presente lei;

§ 2º Para efeito informativo e de acompanhamento, a Secretaria Municipal de





Planejamento e Desenvolvimento Econômico disponibilizará a cada órgão titular de dotações orçamentárias o respectivo detalhamento das despesas por elemento, após a sanção da presente lei.

**Art. 11.** Para efeito das alterações orçamentárias de que trata o art. 6º, observar-se-á o seguinte:

I – será considerado crédito especial a inclusão de novos projetos, atividades ou operações especiais nas unidades orçamentárias, sendo necessária a autorização legislativa específica para sua abertura.

II – os créditos extraordinários somente serão abertos atendendo as disposições contidas nos §§ 2º e 3º do art. 167 da Constituição Federal.

III – os créditos suplementares, a que se refere o art. 6º, englobam a inclusão de fonte de recurso, modalidade de aplicação e grupo de natureza da despesa ou acréscimo no valor de projeto, atividade ou operação especial e serão feitos através de decretos do Poder Executivo.

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto na Constituição Federal e observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito internas e externas com instituições financeiras nacionais e internacionais para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 e da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a oferecer as contragarantias necessárias, autorizada à vinculação das cotas de repartição constitucional prevista nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, complementada pelas receitas tributárias estabelecidas em seu art. 156, nos termos do § 4º de seu art. 167, bem como outras garantias de direito admitidas à obtenção de garantia do Tesouro Nacional, para realização destes financiamentos, nos termos dos arts. 30 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.



**Art. 14.** O Poder Executivo, após autorização do Poder Legislativo, através de Lei Ordinária, poderá adotar medidas para, em decorrência de alteração de estrutura organizacional ou da competência legal ou regimental de órgãos da Administração Direta, Indireta ou Fundacional instituídas pelo Poder Público Municipal, adaptar o orçamento aprovado pela presente Lei, mediante a redistribuição dos saldos das dotações, unidades orçamentárias e categorias de programação, necessários à adequação.

**Art. 15.** O Poder Executivo estabelecerá normas de acompanhamento e execução para a realização da despesa por meio do cronograma de desembolso, em compatibilidade com a programação financeira para o exercício de 2018, e adaptando, se necessário, as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentária.

**Art. 16** - Integram ainda a presente Lei, os anexos:

**Anexo VI** – Tabelas da Evolução da Receita e da Despesa.

**Anexo VII** – Demonstrativo da Despesa por Fonte de Recurso.

**Anexo VIII** – Demonstrativos da Despesa, na forma dos Anexos de 6 a 9 da Lei 4.320/64.

**Anexo IX** – Plano de Aplicação dos Fundos.

**Anexo X** – Detalhamento do Programa de Trabalho.

**Anexo XI** – Recurso para Refinanciamento da Dívida Pública.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Silva Jardim, 22 de Dezembro de 2017.

**WANDERSON GIMENES ALEXANDRE**  
**PREFEITO**